



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
Estado de Minas Gerais

MENSAGEM Nº. 037, DE 16 DE JUNHO DE 2014

Senhora Presidente Vereadora Rosângela Alfenas,
Senhores Vereadores,

Cópia: 1 CTR
e aos Excs.:
Vinicius e Rafael.
Ubá 16/06/14.
Rosângela Alfenas
Vereadora - Presidente da Câmara

A proposição de lei que ora apresentamos a esta Casa Legislativa DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS NO QUADRO DE CARGOS COMISSIONADOS DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE UBÁ, para atendimento às Secretarias Municipais de Administração (Divisão de Gestão de Pessoas) e Finanças (Divisão de Posturas).

Uma estrutura administrativa é composta basicamente de três níveis, o estratégico, o tático e o técnico-operacional. No primeiro nível concentram-se as atividades decisórias e de direção superior. No último se encontram as atividades de execução técnica e operacional, segundo as decisões e o planejamento proposto. Por fim, no nível intermediário, as funções de ordem tática cumprem relevantes funções relativas à coordenação de pessoal e de atividades, gestão de bens patrimoniais, etc.

Feito esse brevíssimo registro conceitual, passa-se à justificativa da alteração proposta, a qual promove a criação de 02 cargos de supervisor de seção, cujo objetivo é atender às Secretarias Municipais de Finanças e Administração. É sabido que cada vez mais as atividades de administração se tornam mais complexas, com acréscimo permanente de novos serviços e atribuições e de 02 cargos de Coordenador de Projeto Social Ação Carinho, estes no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Cabe assinalar que, na esteira da Lei Complementar n. 101/2000, importante estatuto financeiro editado na década passada, outras inovações importantes foram introduzidas no âmbito do controle externo realizado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, através do **SICOM**, sem contar a adoção nacional de novas Normas de Contabilidade Aplicáveis ao Setor Público.

Correspondência Rec.
26.06.2014
15.11.28
15.11.28
15.11.28



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ

Estado de Minas Gerais

De acordo com publicações e normas do TCE-MG, o SICOM – Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – é uma ferramenta tecnológica, implantada pelo TCEMG no ano de 2012, que visa à remessa, pelos jurisdicionados, das informações necessárias à fiscalização financeira e orçamentária dos municípios mineiros. O objetivo das informações solicitadas por meio do SICOM é fortalecer o controle externo prévio e concomitante da execução financeira e orçamentária dos municípios mineiros e subsidiar o planejamento das ações de fiscalização.

Além de diversas outras informações, o SICOM possui um módulo denominado de “Acompanhamento Mensal”, que abrange dados relativos à execução orçamentária e financeira, alterações orçamentárias, licitações, contratos, notas fiscais e controle de frota.

Cabe assinalar que além dos instrumentos anteriores dos sistemas informatizados de apoio ao controle externo e da Lei de Responsabilidade Fiscal, criou-se um mecanismo de controle e remessa de informações praticamente em tempo real de toda a execução orçamentária e financeira, bem assim das compras, licitações, contratos, processamento das notas fiscais e controle da frota de veículo, com dados individuais de cada unidade.

Os cargos de Coordenador de Projeto Social Ação Carinho serão locados na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e a justificativa para sua criação consta de exposição de motivos da Secretária Municipal Eulália Cristina Guilhermino Valente, cópia inclusa.

Pois bem. A consequente normatização das atividades públicas tem imposto mudanças rápidas nos procedimentos administrativos e contábeis, desafiando a capacidade técnica de cada Administração. Ao mesmo tempo, tem sido necessário o reaparelhamento da estrutura administrativa, em ordem a atender às exigências dos órgãos de controle.

Eis o que justificativa, portanto, a criação de novos cargos, pois aqueles existentes tornaram-se insuficientes para o atendimento às demandas da Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ

Estado de Minas Gerais

Quanto às despesas, o projeto de Lei em apreço cria novos investimentos para o tesouro municipal. Em consequente, faz-se necessário apresentar o cálculo do impacto orçamentário e financeiro, nos termos exigidos pela Lei Complementar Federal nº 101/2000, sendo a qual (art. 16, I), “criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado, dentre outros, da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes”. Essas exigências são cumpridas na forma da documentação anexa.

Aguardando a manifestação favorável desta egrégia Casa Legislativa, subscrevemo-nos com protestos de estima e elevada consideração

Edvaldo Baião Albino

(Vadinho Baião)

Prefeito de Ubá

Rodrigo Antônio Ribeiro

Procurador-geral